

ATA N.º 4/2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2023:

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), e Raúl Pereira Lino (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, da Serra d'El-Rei, de Ferrel e Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e José António Bombas Amador (CDU) reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo de execução a celebrar entre o Município de Peniche e a Docapesca - Portos e Lotas, S.A., no âmbito do protocolo celebrado para efeitos da transferência de competências da Docapesca para o Município (Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio);

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas consolidadas relativas ao ano de 2022.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor João Manuel de Jesus Gomes (PS) compareceu no decurso da sessão,

eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, durante a apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e José António Bombas Amador (CDU) encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Nuno Rodrigues Sales Madeira (PSD), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS) e José Monteiro Henriques Rocha (CDU), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS), Sandra Cristina Machado de Matos (PS) e Mariana Conceição Santos Rocha (CDU) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Os senhores Margarida da Silva Martins (PSD) e Henrique André da Silva Nicolau Estrelinha (PS) comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, não tendo sido possível proceder à sua substituição.

O senhor Raúl Pereira Lino encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), e Victor José Andrade Vala (CDU).

O senhor Vereador Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP) não participou na sessão.

A sessão foi secretariada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola, tendo estado presente os senhores Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança do Município de Peniche, Rui Vargas, José António Carriço Lopez Rodrigues, Coordenador Municipal da Proteção Civil do Município de Peniche, e Viviana Patrícia Gomes dos Santos, Chefe de Núcleo de Contabilidade.

### **APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES**

Foi presente a ata n.º 2/2023, respeitante à sessão extraordinária realizada no dia 24 de março de 2023, e a ata n.º 3/2023, respeitante à sessão ordinária do mês de abril, realizada no dia 28 de abril de 2023, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 2/2023 – Aprovada, por unanimidade, com dezasseis votos a favor.

Ata n.º 3/2023 – Aprovada, por unanimidade, com dezasseis votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de que o expediente recebido está disponibilizado na Meocloud, não se tendo registado qualquer intervenção.

#### **Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Informou que, um grupo de munícipes, enviou um email relacionado com o parque de campismo da ilha da Berlenga, que foi distribuído por cada uma das forças políticas com assento na Assembleia Municipal.

#### APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

#### **Vítor Agostinho (CDU):**

Apresentou, em nome da Coligação Democrata Unitária, os seguintes votos de congratulação:

«De salutar a tomada de decisão governamental, independentemente da localização escolhida, do novo hospital do Oeste. É urgente a sua rápida construção, no entanto, devemos estar atentos à manutenção das estruturas de proximidade, assim como todas as suas valências existentes.»

«A Coligação Democrata Unitária enaltece a realização das tasquinhas da vila de Atouguia da Baleia e a Mostra Internacional da Renda de Bilros na Serra d'El-Rei»

«Um voto de congratulação para todos os eventos que se realizarão, neste período de verão, nas diversas localidades pelas diversas comissões de festas.»

Apresentou, em nome da Coligação Democrata Unitária, o seguinte voto de louvor:

«A Coligação Democrata Unitária vem desta forma louvar as performances desportivas das diversas associações do concelho de Peniche, na conquista dos diversos títulos, quer coletivamente, quer individualmente, demonstrando assim a vitalidade do associativismo no nosso território.»

*Queremos também louvar a presença de dois penicheiros nos jogos europeus de Cracóvia, Kevin Santos, na Canoagem, e Francisco Santos, como Técnico da Seleção de Ténis de Mesa.»*

**Francisco Salvador (PSD):**

Apresentou, verbalmente, um voto de protesto:

*«A bancada do Partido Social Democrata apresentou, na reunião da Assembleia Municipal realizada no passado dia 28 de abril, um requerimento solicitando informação sobre as perspetivas do Executivo municipal relativamente ao futuro do Museu Municipal e, simultaneamente, requereu a marcação de uma visita ao espólio em depósito.*

*Não obstante ter, em 1 de junho corrente, solicitado os bons ofícios do Presidente desta Assembleia no sentido de insistir com o Executivo, só lográmos receber resposta hoje pelas 17:03 que nos trouxe alguma informação, uma informação datada de 10 de maio e a marcação de uma visita ao espólio para o dia 30 de maio passado.*

*Deste modo, não podemos deixar de protestar veementemente pelo atropelo da Lei que concede aos deputados o direito de requerer informações e meios de concretização das suas competências fiscalizadoras, e atribui ao Executivo a obrigação da prestação dentro dos prazos previstos (dez dias úteis) dar satisfação ao requerido.*

*Sem querer adjetivar o atraso na prestação de informações e o impedimento dos deputados se inteirarem atempadamente como é do seu direito das condições de armazenamento do património artístico e cultural do Município, entendemos que a atitude revela um profundo desprezo por esta Assembleia.*

*Sendo certo que este órgão autárquico tem competências de escrutínio e fiscalização da atividade autárquica do Executivo Municipal, ao não corresponder atempadamente às solicitações que a Lei lhe faculta, o Executivo impede o normal funcionamento desta Assembleia e atropela a legislação.*

*Se voltar a acontecer semelhante coisa iremos, naturalmente, apresentar junto das entidades competentes queixa formal e oficial de modo que não se repita.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, os seguintes votos de congratulação:

*«No passado dia 27 de junho o Ministro da Saúde finalmente tomou uma decisão relativamente ao novo hospital do Oeste. Como sabemos vai localizar-se no Bombarral, junto à A8, mais concretamente na Quinta do Falcão. O voto de congratulação do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche vai no sentido de reconhecer que os esforços e a pressão para que fosse tomada uma decisão, no curto prazo, resultou, até porque, independentemente da escolha da localização, vivemos uma situação em termos de Saúde na Região Oeste que não são dignas. Considero este um dos anúncios mais importantes dos últimos anos e com impacto direto na qualidade de vida da população do concelho de Peniche e de todos os oestinos.»*

*«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche manifesta um orgulho enorme pelos feitos alcançados pelos nossos atletas nos últimos meses.*

*Aproveitou também para felicitar todas e todos que participaram e ajudaram a tornar possível o maior evento desportivo do concelho de Peniche, a Corrida das Fogueiras, denominada corrida Professor Nuno Bello.»*

**Raúl Lino, Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia (PSD):**

Apresentou um voto de louvor ao atleta Kevin Santos, pela conquista da medalha de ouro nos europeus de Canoagem, em Cracóvia.

Apresentou, também, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Manuel Franco, um senhor que prestou um serviço muito importantes para a população da vila de Atouguia da Baleia, enquanto proprietário da Loja dos Valas, durante vários anos.

**José António Amador (CDU):**

Apresentou um voto de congratulação pelo trabalho realizado pela URAP – União de Resistentes Antifascistas Portugueses que fez, no ano de 2023, trezentas sessões nas escolas, tendo presentes doze mil alunos e tendo participado nestas sessões quinhentos e cinquenta professores. Foi um trabalho exaustivo feito a nível nacional, mas Peniche também deu um grande contributo para este trabalho que a URAP realizou junto dos mais jovens, que bem precisam, e foi muito participativo.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse que a Bancada do Partido Socialista se associava a todos os votos, em termos desportivos, anteriormente anunciados pelas diversas forças políticas.

Congratulou a Câmara Municipal pela organização da Corrida das Fogueiras, denominada de Corrida Professor Nuno Bello, do Triatlo e, pela primeira vez, das finais do desporto escolar que ocorreram em Peniche e que envolveu cerca de dois mil atletas e treinadores. Disse que correu tudo bem em termos logísticos e foi um ótimo cartão de visita de Peniche para esta atividade e para a Educação.

Congratulou a exposição da Renda de Bilros que foi apresentada na Assembleia da República que foi também representada.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Apresentou, em nome do Partido Socialista, os seguintes votos de pesar:

*«Pelo falecimento de Herminio Silvestre Teodoro, antigo autarca da Freguesia de Ferrel, natural da vila e freguesia de Ferrel, concelho de Peniche, antigo Segundo Secretário da Assembleia de Freguesia de Ferrel, entre 1994-1997, e Vogal, entre 1986-1989, foi ainda elemento da comissão de moradores que antecedeu a Junta de Freguesia e esteve na origem da criação da Junta de Freguesia de Ferrel sendo para sempre recordado como um dos seus fundadores. Endereçamos à sua família e amigos as nossas condolências.»*

*«Pelo falecimento do antigo tesoureiro da Junta de Freguesia de Ferrel, António Pedro Silvestre Oliveira, também natural da vila e freguesia de Ferrel. Esteve também na origem e prestou um reconhecido serviço na elevação de Ferrel à categoria de vila, e também num complexo e difícil processo da heráldica, que foi muito litigioso na altura, e que deu origem ao atual Brasão. Foi tesoureiro da Junta de Freguesia de Ferrel nos três mandatos, entre 2005-2017. A bancada do Partido Socialista endereça à sua família e amigos as suas condolências.»*

Deixou um sentido abraço a uma pessoa muito nobre, muito séria, com quem teve a honra de trabalhar durante quatro anos no executivo da Freguesia de Ferrel e, além de muito nobre e sério, foi sempre de uma honestidade e de uma elegância inestimável.

Disse que era muito importante parabenizar toda a atividade desportiva, naturalmente, mas os feitos alcançados pelas equipas do Campeonato Distrital de Futsal na presente época. Referiu que houve duas equipas do concelho de Peniche a discutir o primeiro lugar até ao último minuto e não sabe já teria acontecido na história, seguramente no Futsal não, subirem de divisão duas equipas do concelho, e aconteceu nesta época, subiu de divisão o Peniche Amigos Clube e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Ferrel, e também tiveram a participação do Centro Social da Bufarda e do Sporting Clube da Estrada. Deixou um agradecimento profundo a todas estas direções

que trabalham voluntariamente, na sua grande maioria, durante toda a época, aos patrocinadores que permitem que estas atividades possam surgir e, naturalmente, para quem jogou federado no Distrito de Leiria, como ele próprio, sabe como é difícil uma equipa do sul do distrito vingar no distrito, ainda para mais duas, portanto, foi um feito que merece esta referência.

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Propôs um minuto de silêncio pelo falecimento dos dois autarcas da Freguesia de Ferrel.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

**APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Francisco Salvador (PSD):**

Apresentou um requerimento com o seguinte teor:

*«Os deputados da bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do número 2 do artigo 28.º da Lei 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vª Exª as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, no espaço legal de dez dias, informe qual o ponto da situação relativamente a cada um dos espaços municipais que habitualmente são concessionados a particulares, indicando se à data de hoje se encontram concessionados e datas em que terminam os contratos, se as respetivas rendas se encontram em dia, condições dos edifícios e equipamentos que não se encontram concessionados e perspectivas do Executivo municipal sobre o seu futuro, nomeadamente sobre projetos ou anteprojetos que tenham sido elaborados para os modernizar, e perspectivas de abertura de concursos de concessão.»*

Relativamente às estações náuticas, sabendo que se deu o encerramento da primeira fase da criação das estações náuticas a nível nacional, encerramento que decorreu na passada segunda-feira, em Caldas da Rainha, e segundo informação que lhe foi prestada, o Município de Peniche foi o único município com estações náuticas aprovadas que não se fez representar, sabendo que o projeto conta com um fundo de vários milhões de euros, perguntou se no concelho de Peniche existem alguns projetos para ser candidatos e quais são.

Sobre as obras de requalificação das Muralhas do istmo de Peniche que estão a decorrer, agora com um pouco mais de ritmo, questionou se incluiu a consolidação e a reparação da Muralha do Quebrado e, em caso afirmativo, para quando o início das obras naquele local, esperando que não ocorram durante os períodos de marés vivas e inverno. Referiu que, se porventura não incluírem, gostaria de saber o que pensa fazer o executivo para resolver estes problemas, porque as muralhas estão cada vez mais danificadas na zona do Quebrado, apresentando já buracos de tamanho considerável, uma galeria com sete metros e uma parte exterior da muralha derribada.

Em relação à Praia Segura 365, um projeto muito interessante que foi apresentado em março passado, com toda a dignidade, durante o decurso do Rip Curl, um projeto que irá assegurar que as praias tenham vigilância permanente, durante todo

o ano, que é muito importante, sobretudo, atendendo à frequência cada vez maior de banhistas, de surfistas e de gente dedicada aos desportos de deslize, perguntou qual era a situação do projeto e se já está em vigor. Caso não esteja em vigor, gostaria de saber quando seria implementado e se iria abranger todas as praias do concelho ou apenas aquelas cujos concessionários são sócios da Associação de Concessionários de Praias do concelho.

Solicitou ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que seja remetido a todos os Deputados a informação que recebeu do Tribunal de Contas.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Relativamente ao protesto da Bancada do Partido Social Democrata, assumia todas as responsabilidades pelo facto de não sido enviado atempadamente, mas por um erro no sistema informático, não consegui despachar o documento em tempo útil.

Em relação aos sete metros na Muralhas de Peniche, está muito atento, a questão tem sido debatida com a empresa que está a executar a obra desde o princípio. Quanto à questão da obra das Muralhas, referiu que este processo, assim como outros, não correu bem, no entanto, foi tomada a boa decisão de contratar uma equipa de fiscalização externa que têm ajudado bastante. Indicou que, sendo as muralhas propriedade do Estado, a demora das obras teve que ver com uma declaração que aguardaram um ano para ser disponibilizada. Disse, ainda, que para si é impensável, independentemente do que venha a ocorrer, a Câmara Municipal não conseguir fazer a intervenção de reabilitação e manutenção das Muralhas entre o Quebrado e a zona da Capitania. Adiantou que os Fundos Comunitários relativos ao quadro 2020 terão de ser fechado este ano, ou seja, a Câmara Municipal já solicitou, várias vezes, o prolongamento da obra, que tem sido muito exigente, que teve falta de mão-de-obra e um conjunto de outras circunstâncias, mas o objetivo é executar a obra até final de outubro, para apresentar as contas. Acrescentou que o assunto já foi discutido com a equipa externa de fiscalização e com alguns técnicos municipais no sentido de se elaborar o projeto de execução dos segmentos que faltam. Referiu que teriam de verificar como, em termos financeiros, e com que figura, e ver se poderão colocar em outra candidatura ou não. Quanto à questão dos buracos nas muralhas na zona do Quebrado, disse que está a ser equacionada e a ser avaliada a possibilidade de a mesma ser intervencionada pela empresa, assim como a questão das Guaritas têm de ser executadas.

**Vereador Ângelo Marques (PS):**

Disse que:

No dia da iniciativa das Estações Náuticas teve um compromisso, assumido anteriormente, que teve que ver com a tomada de posse do Conselho de Administração da Fundação do Desporto, seguida de uma reunião com a senhora Dra. Susana Feitor, no âmbito do Centro de Alto Rendimento e por este motivo não esteve presente na iniciativa mencionada. Referiu que o coordenador da Rede de Estações Náuticas de Portugal é o senhor António José Correia, anterior Presidente da Câmara Municipal, e tem mantido um estreito contacto com o mesmo relativamente a esta matéria. Em relação aos fundos disponíveis da CCDR, referiu que se trata de um processo embrionário, aliás, considerando algumas reuniões que têm ocorrido, ainda estão numa fase de apreciação dos projetos possíveis de candidatar e os que serão possíveis aprovar.

Relativamente ao projeto Peniche Península Segura, o término da época balnear será em 15 de setembro, o objetivo da Câmara Municipal, da Associação de Concessionários de Praias de Peniche, da Autoridade Marítima e do Instituto de Socorros a Náufragos é que a 16 de setembro se consiga ter o projeto efetivamente no terreno, e estão a trabalhar nesse sentido. Disse, ainda, que o objetivo é que seja em todas as praias, aliás, independentemente de ser um projeto elaborado com a Associação de Concessionários de Praias de Peniche, o compromisso será garantir aquilo que será um dispositivo de segurança em todas as praias do concelho de Peniche.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse que:

As concessões municipais, na sua opinião, devem ser para usufruto da população, não só pelo valor monetário e sim para estarem abertas e funcionais.

Relativamente à Nau dos Corvos, gostaria de saber o que está efetivamente planeado e se o que está planeado está de acordo ou tem já algum parecer por parte da Agência Portuguesa do Ambiente para o que se pretende colocar.

Pretendia saber se está tudo a correr bem com o restaurante concessionado junto ao Parque de Campismo.

Sobre a concessão do Porto da Areia Sul, uma vez que a arriba está totalmente concluída, perguntou o que a Câmara Municipal está a pensar fazer para aquela concessão, uma vez que aquela é, também, uma zona nobre de Peniche.

Quanto à concessão do Taska Areia, no seu entendimento, as hastas públicas devem ser feitas com valores base um pouco diferentes daquilo que tem vindo a público, porque quando é definido um valor o mesmo deve ter como base um estudo de impacto económico daquela zona, e ao ver o início de uma licitação de setecentos euros para uma concessão faz-lhe alguma confusão.

Em relação à Berlenga, na sessão da Assembleia Municipal de abril de 2022, focou três aspetos e ainda não viu qualquer desenvolvimento. Recordou que, o ano passado, disse que o envergonhava e deveria envergonhar todos, enquanto autarcas, que haja catorze casas de pescadores que não tenham casa de banho, em pleno século XXI. Na altura, referiu também que existe um projeto aprovado pela Câmara Municipal e pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas que tem que ver com as casas de banho na traseira das casas, encostadas ao patamar. Uma vez que a canalização já existe, perguntou se está programada alguma obra, se efetivamente se vai avançar com a casa de banho comunitária e em que local. Por outro lado, referiu que continua a haver cortes de eletricidade na ilha da Berlenga, estraga-se comida por falha de luz e, na última reunião de Câmara, o senhor Presidente frisou que se fosse necessário a EDP poderia estar presente para prestar alguns esclarecimentos, pelo que gostaria que de facto fossem prestados alguns esclarecimentos. Acrescentou que gostaria também de saber se está nos desígnios da Câmara Municipal tentar perceber com a EDP se estas falhas constantes seriam para continuar.

Todos sabiam que as receitas provenientes do Berlenga Passe estão direcionadas para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, logo, deve questionar-se esta entidade e perceber o que já fizeram com os valores que receberam até dezembro, quais foram os melhoramentos que a Berlenga teve e o valor que foi investido na Berlenga com esta receita.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

O projeto da Nau dos Corvos está decidido e estão a ser trabalhados os procedimentos para a contratação. Informou que, há data de hoje, o edifício da Nau dos Corvos não está registado e não tinha projeto, assim como outros edifícios municipais, e por esse motivo, um dos primeiros objetivos foi constituir o Setor do Património. Deu conta que convidaram, informalmente, o senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente para vir a Peniche, visitou o espaço e esteve também no edifício dos Paços do Concelho onde foi possível ver as maquetes e o estudo prévio. Referiu que o objetivo é fazer o projeto e colocar a concurso.

Independentemente dos imprevistos, o contrato do restaurante é claro e previa a possibilidade de o Parque de Campismo ser concessionado.

Sobre a concessão do Porto da Areia Sul, os concessionários entendiam que após todos os anos de utilização o espaço poderia ser deles, porque aquilo foi contratado dentro de certas condições. Adiantou que a Câmara Municipal anterior decidiu que os concessionários deveriam sair, uma vez que não pagavam renda, no entanto, não saíram e continuaram sem pagar renda, mas, após ele próprio ser Presidente de Câmara deslocou-se ao local com o responsável pela segurança do concelho e deram indicações que teriam de sair. Referiu que acompanhou a questão da candidatura de segurança das muralhas. Acrescentou que se realizaram algumas reuniões e, ou chegam a acordo e arrendam o espaço por mais alguns anos com o valor de renda que acordarem, ou então, de acordo com o que está estipulado no contrato, diz-se a quem está a ocupar o espaço que terá de demolir o edifício e apresentá-lo à Câmara Municipal limpo ou, em alternativa, avaliam a situação e chegam a um acordo e a Câmara Municipal terá de pagar o edifício.

A concessão do Taska Areia foi a concurso com um valor base de duzentos euros. Referiu que gostariam de ter lançado novamente o concurso este ano, com outras condições, mas estão a estudar o assunto, e mesmo com as condições anteriores já houve pessoas interessadas. Indicou que nas reuniões que tem havido com os concessionários, deste mandato e do mandato passado tem dito que não vivem obcecados pelo dinheiro das concessões, estão obcecados em ter boas concessões.

Relativamente à Berlenga, aquilo não é um parque de campismo, é um campismo ocasional caso as entidades autorizem.

Em relação à EDP, aquilo que contratualizaram não foi criar na Berlenga um sistema de fornecimento de energia como existe em terra, foi um sistema que ultrapassasse as dificuldades de fornecimento de energia durante um determinado tempo e dentro das possibilidades que a EDP tem, uma vez que aquilo não lhes dá receita. Referiu que a Câmara Municipal procura esticar o prazo até novembro, mas o problema é que a EDP diz que a funcionar até dezembro não produz a energia suficiente e coloca em causa o próprio sistema. Acrescentou que existe um dado novo e a EDP terá de estar presente numa reunião de Câmara para ajudar a esclarecer a situação. Disse, ainda, que no primeiro em que aquele sistema foi construído houve vários problemas de fornecimento de energia e uma das razões teve que ver com o facto de o sistemas não estar preparado para os equipamentos que o Restaurante e o Castelhinho colocaram depois, e isso não estava no contrato das concessões, mas se as pessoas garantissem um fornecimento alternativo, ótimo, aliás, quando a Câmara Municipal foi informada autorizou painéis fotovoltaicos alternativos e baterias, mas alguém teria de pagar, a

Câmara Municipal é que não continuar a assegurar custos que não tem. Perguntou onde está o projeto das casas de banho para todos, pois não o conhece. Disse, ainda, que aquilo não são casas, são pequenos armazéns de recurso com condições muito débeis onde as pessoas, durante anos, têm trabalhado, até porque os pescadores de antigamente não são bem o tipo de pescadores de hoje. Adiantou que aquilo não é propriedade da Câmara Municipal, aliás, é a que menos competência tem na ilha, porque, para além de ser reserva, é um meio muito complexo com várias entidades que têm competência e se a Câmara Municipal quiser construir uma casa de banho, mesmo que pareça uma indignidade, para os pescadores as entidades com competência têm de dar autorização. Acrescentou que falou com o responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a informação que dispõe, nomeadamente sobre a questão proveniente da Berlenga Passe e a lei diz para onde ela vai, uma é para despesas administrativas, outra é para a Cogestão, o órgão que dirige a gestão da Berlenga, no entanto, não foi dito, mas é a Câmara Municipal que investe muito, investe até mais do que, provavelmente, deveria investir.

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse que:

Todos eram conhecedores que tem aumentado o número de casos de violência nas escolas a nível nacional, no período pós pandemia. Referiu que por aqui também existem relatos deste tipo de situações e, nesse sentido, perguntou ao Setor da Educação da Câmara Municipal de Peniche se tem estado atento a esta realidade, porque deve ser das piores coisas que acontece a uma criança é ir para a escola com receio de ser vítima de violência, seja ela física ou psicológica, em que muitas vezes o confronto é feito em desequilíbrio de forças, o que torna estes atos em atos inqualificáveis. Sugeriu que a lona com a frase: "*Só o coração pode bater*" percorra todas as escolas do concelho, uma vez que não tem custos acrescidos e faz um reaproveitamento do material informativo. Entende que a autarquia, tal como a OesteCIM tem feito, deve procurar sensibilizar a comunidade para uma cultura da não violência, até porque, atualmente, existem outros mecanismos e acesso a informação para resolver as diferenças de outra forma.

O novo Centro Cívico Intergeracional está próximo da conclusão e gostaria de saber se está a decorrer tudo dentro da normalidade. Referiu que reconhece o trabalho feito no mandato anterior para tornar possível algo que estava ao abandono e hoje é um espaço que a população se pode orgulhar. Adiantou que quando falam em definir prioridades esta foi, sem dúvida alguma, uma escolha acertada, assim se saiba dar vida ao espaço. Disse, ainda, que quando se diz que Peniche tem um atraso de décadas, em relação a outros concelhos, não é propriamente para a população lhes dar razão, é porque é mesmo verdade, no entanto, o importante é procurar inverter este ciclo negativo.

Relativamente à recolha de resíduos sólidos e urbanos, apesar de reconhecer que ainda pode haver situações a melhorar ou ocorrências pontuais menos boas, pretendia demonstrar a sua satisfação por constatar que a recolha está cada vez mais eficaz e não se vê tanto lixo acumulado. Perguntou que medidas foram tomadas para ocorrer este salto qualitativo. Referiu que era preciso perceber o que está a ser feito de diferente para não voltar a situações passadas.

Há pouco teve a oportunidade de felicitar o senhor Ministro pela decisão, relativamente ao novo hospital do Oeste, no entanto, gostaria de perguntar se na reunião com o senhor Ministro na OesteCIM foi falado alguma coisa sobre o enquadramento que

será dado ao hospital de Peniche. Disse, ainda, que acredita ser possível ter um novo hospital dentro de cinco anos, e deu como exemplo o novo hospital de Sintra, público, começou a ser construído em agosto de 2021 e a perspetiva é que esteja concluído no início de 2024. Referiu que, mesmo sabendo que são situações diferentes, leva-o a acreditar que não será algo para demorar uma eternidade.

Nas Grandes Opções do Plano para o ano 2023, o texto introdutório fala muito em qualidade de vida e felicidade. Tendo em conta que o senhor Presidente da Câmara foi reeleito há cerca de um ano e nove meses, gostaria de saber o que tem feito neste tempo, de forma muito concreta, para aumentar a qualidade de vida da nossa população. Referiu que o senhor Presidente da Câmara poderia querer destacar a ambição pela renovação das escolas, projetos como a zona industrial de Vale do Grou, o Parque Tecnológico Smartocean, a conclusão de projetos comunitários, tais como, a reabilitação das muralhas ou a conclusão do novo Centro Cívico Intergeracional, ou outras áreas que entenda destacar, no fundo, gostaria que dissesse o que tem feito para melhorar o bem-estar da população.

**Vereadora Ana Batalha (PS):**

Disse que, em relação à violência nas escolas, pontualmente poderá existir, mas as escolas têm equipas pedagógicas e equipas técnicas que, em articulação com muitas atividades que fazem com a Escola Segura, acompanham e atentam estas situações. Referiu que no município não têm conhecimento de situações.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

A questão das escolas é como as questões de segurança no espaço público na cidade de Peniche, pode acontecer, num momento ou noutro, uma situação mais grave. Referiu que, para além do esforço que se faz ed e todos perceberem que é uma questão cultural, a melhor notícia que podem ter é quando não conhecimento dessa mesma insegurança.

Em relação ao Centro Cívico Intergeracional, é uma conquista do concelho, particularmente da cidade, mesmo sabendo que é uma situação complexa e muito exigente em termos de futuro, nomeadamente de recursos humanos. Adiantou que, na altura em que o senhor Jorge Gonçalves era Presidente de Câmara, a empresa abriu falência e aquilo ficou parado durante muito tempo, até que no Quadro 2020, num dos mandatos da Coligação Democrata Unitária conseguiu-se a aprovação da candidatura, e quando o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche iniciou o mandato o projeto estava praticamente pronto, foram solicitadas algumas alterações, coma aceitação da Dra. Isabel Damasceno, e hoje está conseguido, mas não deixa de ser um processo complexo, porque uma parte do investimento não está contemplado na candidatura, nomeadamente os equipamentos e o mobiliário, e isso tem sido uma dificuldade. Referiu que os procedimentos estão a avançar e, com tranquilidade, quando estiver pronto será colocado ao serviço da população.

Sobre a recolha do lixo e a limpeza urbana, no essencial, melhorou, tem sido feita a avaliação, pretendem fazer algumas alterações, nomeadamente nos circuitos. Indicou que ao ter-se adquirido três camiões, houve uma melhoria. Referiu que um dos camiões é para lavagens de contentores, de molok's e das ruas que, provavelmente, será entregue na próxima semana.

Quanto à Saúde, deu os parabéns ao senhor Ministro das Saúde, pois na reunião que ocorreu em Torres Vedras assumiu com os Presidentes de Câmara e disse na comunicação social que tinham um prazo, e não cumpriu porque houve alguém que se atravessou no meio. Deu conta que, entretanto, discutiu o assunto com os Presidentes de Câmara, disponibilizou-lhe o documento, os doze Presidente de Câmara disseram o que entenderam e colocaram questões, às quais o senhor Ministro da Saúde respondeu, e disse-lhes que a perspetiva é de cinco anos e alguns meses. Acrescentou que agora terá de se preparar Peniche, Óbidos noutra dimensão e Torres Vedras noutra dimensão para dizer o que cada um quer dos seus equipamentos de Saúde existentes e o que se consegue. Disse que, em relação a Peniche, terão de reunir a Comissão Municipal da Saúde para trabalhar e ver o que Peniche pretende, para depois ver o que o Ministério da Saúde dará, pois têm sido feitos alguns investimentos de remodelação do edifício, internamente está ligeiramente melhor, mas têm de ver o que pode ser feito, até por que se sabe que existem outras valências. Deu nota que informou o senhor Ministro da Saúde que Peniche iria apresentar um documento reivindicativo com as questões que pretende instalar nas instalações. Mencionou que, na altura, fez votos que o Bombarral, uma vez que foi presenteado, aproveitasse bem e que fizesse o trabalho prévio, as infraestruturas e o ordenamento do espaço.

Relativamente à qualidade de vida e à felicidade, poderia dizer pelos seu colegas, por uma grande parte dos técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais que se faz um grande esforço, alguns não fazem, mas uma parte faz, e uma das prioridades que têm e foi assumida é a Educação. Referiu que pensavam remodelar a Escola EB 1,2,3 de Peniche e apresentar o projeto, estão a trabalhar nesse sentido, a candidatura está aprovada, já foi presente em reunião de Câmara, que inicialmente estava estimado em cinco ou seis milhões, no entanto, já vai em dezoito milhões, agora, é uma nova escola que teve a participação do corpo escolar, da Câmara Municipal, para que haja qualidade de vida dos meninos e de quem lá trabalha e dar vida também ao pavilhão e à escola. Disse, ainda, que as outras escolas serão todas intervencionadas, à exceção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia. Adiantou que, neste momento, estão a trabalhar com a OesteCIM, numa primeira fase, para definir, do dinheiro que caberá ao Município, onde vão querer colocar. A Câmara Municipal de Peniche apresentou uma brutalidade de projetos e vão ficar apenas com uma cota.

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

#### PAULO MATOS:

Disse que a sua presença na sessão da Assembleia Municipal era em representação do alojamento local do Oeste com o objetivo de contextualizar o que é a maior parte do alojamento local na nossa região, uma realidade que provavelmente conhecem bem e que está em risco sério de ser exterminada pelas políticas vertidas no pacote Mais Habitação.

Leu o documento que a seguir se transcreve:

«O Alojamento Local, regulamentado e publicitado em plataformas internacionais, revitalizou imóveis junto às praias, que se encontravam devolutos, degradados ou fechados 9 a 11 meses por ano e passaram a ter utilidade:

- Geram receita fiscal;
- Combatem a sazonalidade;
- Animam a economia local;
- Geram emprego, nomeadamente emprego feminino;
- Geram rendimento aos proprietários, para melhor manutenção dos imóveis;
- Aumentam a oferta de alojamento seguro, regrado e de qualidade.

Estes imóveis nunca estiveram, nem estarão disponíveis, para arrendamento de longa duração, porque são casas de férias de famílias.

O Alojamento Local trouxe mais e melhor turismo à região.

Existem 6.813 alojamentos registados na nossa região que representam cerca 42.534 camas, face a 25.794 camas disponibilizadas por hotéis.

No município de Peniche, existem 1.165 alojamentos registados, correspondente a 7.543 camas, face a 4.231 camas disponibilizadas por unidades hoteleiras.

A NOVA SBE, da universidade NOVA, apresentou, no passado dia 27 de junho, um relatório preliminar sobre o impacto do Alojamento Local em Portugal. De acordo com o estudo, o AL foi responsável, de forma direta e indireta, pela criação de mais de 110.000 novos postos de trabalho, representa 3,8% do PIB e o consumo dos seus hóspedes deixou mais de 8.000 milhões de euros na nossa economia, sendo que o AL é responsável, hoje, por mais de 40% das estadias de turistas em Portugal. Fora das grandes zonas urbanas, o AL é ainda a principal forma de oferta de alojamento turístico.

Na região Oeste, estimamos que os turistas em AL gastaram 68 milhões de euros em dormidas, o que corresponde a 26% de um total de receitas arrecadadas de 262 milhões de euros.

O AL não é, nem tem de ser, inimigo do direito à habitação. Não é o principal problema da habitação e não será também a solução para a resolução desse problema.

75% dos Alojamentos Locais estão fora das grandes cidades de Lisboa e Porto.

O Governo faz do País tábua rasa e pretende, com estas medidas, levar, 60.000 famílias e o País à ruína, passando por cima dos Srs. Presidentes de Câmara, que são quem melhor conhece a economia local e as suas populações e, por isso, os mais capazes para definir e implementar as melhores políticas de Habitação, Económicas e de Turismo para o respetivo concelho.

E, pelas suas características específicas, a supressão do AL na região não vai, de todo, ajudar a resolver eventuais carências habitacionais.

Expressamos a preocupação das famílias e pequenos empreendedores que trabalhamno alojamento local e atividades conexas, face às propostas de alteração ao Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local (RJEEAL) apresentadas no Programa +Habitação que, se não forem alteradas ou eliminadas, irão matar o AL a curto e médio prazo.

A saber, introduz as seguintes medidas:

1. a Taxa Medina - Contribuição Extraordinária para o Alojamento Local (CEAL), que suscita preocupações de dupla tributação e não tem em consideração o rendimento efetivo dos titulares de AL, nem o período de funcionamento dos estabelecimentos, que pode ser de meras semanas ou mesmo nenhuma.

2. restrições à transmissibilidade dos registos, mesmo em caso de divórcio, doença ou disputa entre sócios, levando a que estes caduquem automaticamente. Por exemplo, uma empresa que queira fazer aumento de capital por via da alteração societária, o registo caduca.

3. oposição por parte dos condomínios, passando estes a ter o poder de proibir o exercício da atividade de AL, sem qualquer tipo de justificação, e retirando às Câmaras Municipais o poder

*de mediar e decidir sobre estas disputas, que muitas vezes surgem de queixas sem fundamento ou fatos que sustentem a oposição dos condomínios à presença do AL.*

*4. apenas com a unanimidade do condomínio, expressa em ata, irá ser permitido abrir um novo Alojamento Local num edifício constituído em Propriedade Horizontal;*

*5. suspensão e caducidade dos registos dos estabelecimentos já existentes, sem regras claras de reapreciação. Aqui, também esvaziando as Câmaras Municipais de poderem decidir sobre matérias, que pela sua natureza de proximidade e conhecimento do território, deveriam manter o poder de definir, decidir e aplicar as políticas que melhor servem as estratégias de Habitação e Turismo por si definidas.*

*6. alteração da fórmula de cálculo do IMI, que vai afetar todos os proprietários de imóveis que funcionam como estabelecimentos de Alojamento Local, e que poderá duplicar o valor atualmente pago por estes, sejam eles titulares de AL ou não.*

*Este Governo passou um atestado de menoridade às autarquias, retirando-lhes o poder que até agora tinham, para gerir o seu território, na medida em que, sem ter consultado os autarcas, o Governo retirou às Câmaras Municipais do Litoral, nomeadamente à Câmara Municipal de Peniche, a opção de poder continuar a aceitar novos registos de estabelecimentos de Alojamento Local nas modalidades de apartamentos e de estabelecimentos de hospedagem instalados em prédios submetidos ao regime da propriedade horizontal.*

*Antes, se as câmaras entendessem que existia uma pressão excessiva do Alojamento Local sobre o mercado da habitação, poderiam criar áreas de contenção e assim gerir o crescimento do AL, de forma sustentável, no seu município. Mas, porque o Governo não confia nas autarquias, passou por cima delas, e suspendeu indefinidamente a possibilidade de serem registados novos AL em quase todo o litoral do Continente.*

*Por tudo isto, deixo o meu apelo para que esta assembleia municipal possa dizer uma palavra, na defesa do Alojamento Local, regulamentado, cumpridor e sustentável.*

*Gostaríamos, ainda, que fosse apresentada e votada nesta Assembleia Municipal uma moção, e que a mesma, depois de aprovada fosse enviada para a Assembleia da República, apelando a:*

- Eliminação da CEAL;*
- Melhoramento do processo de oposição dos condomínios;*
- Oposição à suspensão generalizada de registos;*
- Implementação de vistorias periódicas;*
- Flexibilização do regime de transmissibilidade dos registos.*

*Acreditamos que estas medidas equilibrarão os interesses do Programa +Habitação e farão justiça, reconhecendo a importância e o contributo do Alojamento Local para o sustento das famílias, o emprego, a economia local e o turismo do país.»*

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse que vive muito intensamente do problema do alojamento local, pois sente que fez parte da genesis daquilo que é, atualmente, o alojamento local em Portugal, isto porque, há muitos anos, na década de 90, Peniche tentava encontrar soluções para a chamada pressão das “chambreiras” que enxameavam as ruas de Peniche tentando oferecer os seus quartos para alugar a turistas e sempre se entendeu na Câmara Municipal que este tipo de oferta, completamente despropositada e desenquadrada sob o ponto de vista legal, precisava de encontrar um rumo diferente. Referiu que, ao fim de muito tempo, se fez o que veio a culminar como um Regulamento Municipal de Alojamento para Turistas que permitia o aluguer de quartos, de moradias e de partes de casa, mediante uma vistoria.

Disse que, na altura, juntamente com técnicos de turismos de outros municípios, nomeadamente da região Oeste, reuniram várias vezes com o Governo de então, no sentido de criar legislação própria que veio a ser promulgada pela Secretaria de Estado de Turismos da altura, uma Secretaria do Ministério da Economia que culminou pela legalização de vários figurinos de aluguer de quartos, de moradias e de frações de casa, que mais tarde veio a ser enquadrada através da legislação do alojamento local.

Indicou que, na sua opinião, o alojamento local ajuda num tipo de oferta turística que sempre existiu e continua a existir com bastante êxito e que não pode ser substituído, pelos chamados tradicionais, Hotéis e outro tipo de estabelecimento de alojamento mais convencionais, porque são coisas distintas e vão ao encontro dos interesses dos proprietários e, no caso de Peniche, conhecesse bem este tipo de realidade.

Disse, ainda, que com a criação desta regulamentação legal de alojamento local, permitiu-se que a atividade de oferta turística em Peniche, a este nível, tivesse melhorado substancialmente, porque passou a ser sujeita a um conjunto de regras e dignificou-se a atividade. Tudo aquilo que venha contrariar este tipo de atividade, não veio ajudar os proprietários e os que vivem deste tipo de atividade, mas também veio dificultar a vida a turistas e sobretudo vem criar condições para o regresso das atividades de forma clandestina, porque se as pessoas ficam sujeitas à legalidade, não há nada mais fácil que entrar no campo da ilegalidade.

Expressou que, do seu ponto de vista, não faria mal nenhum que a Assembleia Municipal de Peniche fizesse uma moção de apoio à atividade do turismo através do alojamento local, no sentido de viabilizar, da melhor maneira possível, essa atividade. Indicou que tem conhecimento da existência de vários problemas relativos ao alojamento local, nomeadamente nas grandes cidades em que o alojamento local muitas vezes é apenas um pretexto para albergar emigrantes sem condições e em condições deploráveis, sob o ponto de vista humano, mas isso faz parte da obrigação do Estado de fiscalizar a atividade. Acrescentou que, na sua opinião, os proprietários de alojamento local não se importam de ser fiscalizados, desde que essa fiscalização não seja uma perseguição e, portanto, julga que não faria mal nenhum a Assembleia Municipal aproveitar este ensejo, mesmo que não seja numa moção por escrito, mas num voto de apoio à existência de um enquadramento legal para uma atividade que, no caso de Peniche, vem trazer claros benefícios, não só à oferta, mas também ao modo de vida de tantos penicheiros.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

A questão do alojamento local é contraditória, politicamente, mas tem um aspeto que considera importante, o alojamento local foi importante para o país, mesmo que se possa concordar mais ou menos. Referiu que percebe a angústia de quem investiu muito do seu dinheiro e de repente surge um conjunto de leis. Disse, ainda, que este conjunto de leis poderiam e deveriam ter sido discutidos como deve ser, envolvendo as associações do setor, porque Portugal não é Lisboa nem o Porto, e Lisboa tem, de facto, um problema com o alojamento local, o Porto tem outro, Braga tem outro, basta conhecer o país, ou seja, este é um problema que não é igual em todo o país. Por outro lado, ao fazer-se uma lei, por que razão ela não cria condições para que o alojamento local, por exemplo, deixe de estar tanto no litoral e passe também a ser em força no interior do país, e estas apostas na área do turismo deviam ter sido consertadas e discutidas com as partes.

A Assembleia Municipal de Peniche não pode por de parte 1165 alojamentos

locais existentes no concelho de Peniche, há um conjunto de pessoas que têm hoje um problema nas mãos, e os que recorreram a empréstimos têm um problema no pagamento à banca, portanto, há que ter algum cuidado com isto. Referiu que entende a filosofia que esteve subjacente às leis, algumas até podem merecer a sua concordância, mas este assunto devia ter sido tratado com cuidado, porque há muita gente, não só no nosso concelho, mas sim no país, e os números foram dados. Adiantou que foram feitas várias chamadas de atenção do senhor Presidente da República, relativamente a alguns dos diplomas aprovados, que, na sua opinião, não teve coragem para fazer o que deveria ter sido feito, pois deveria ter, em alguns casos, mandado tudo para trás e colocar os Deputados a discutir, independentemente de terem maioria absoluta, e deveriam encontrar soluções para os problemas, porque havia certamente, relativamente a algumas áreas, a possibilidade de resolver alguns problemas, arranjar especificidades e alternativas na lei, mas não, foi aquela, portanto, deixou a sua opinião de solidariedade com todos os que trabalharam no alojamento local, até porque quem é do concelho de Peniche sabe o problema que tinham, em termos de imagem, com a oferta de “*Chambres e Rooms*” no centro da cidade, que no fundo ficou resolvido e minimizado em termos de impacto, mas esta lei, no concreto, foi abuso de poder e não poderia merecer o seu apoio.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que se trata de uma situação complexa e, como em outros assuntos e outros temas com que se confrontam, deveria ser mais bem discutida e aprofundada. Referiu que com quem conversaram acerca do alojamento local antes destas leis, foi com o setor hoteleiro e a visão não é bem esta. Indicou que não tem opinião formada em relação a tudo, gostava de poder aprofundar, mas acompanharam, particularmente no mandato passado, com alguma intensidade, a fiscalização dos alojamentos locais e é um pouco complicado, particularmente a questão da qualidade, da segurança e do licenciamento, mas, internamente, o assunto é bastante debatido. Referiu o número apontado não está correto, há mais de mil cento e sessenta e cinco, a questão é que, provavelmente pela experiência que tem, é levado a considerar como possível que têm alojamento local em demasia no concelho. Adiantou que ponderaram, em determinado momento, como em outras atividades, fazer ajustamentos e procurar, em certa medida, licenciar uma parte, mas também ser mais exigente em relação a outra, como foi feito por outros concelhos, que limitaram áreas, assim como a questão de algumas atividades mais incómodas para algumas situações, nomeadamente em termos de bares, ou seja, é tudo uma questão de regulação e depois os critérios terão de ser aplicados a todos. Expressou que, na sua opinião, há muito a fazer, um dos problemas que têm, em relação à avaliação desta situação, é que está tudo a mudar, e ontem quando viu na comunicação social a chamar à atenção a questão dos condomínios, que alguns moradores defendem, admitindo que foram algumas vezes chamados a intervir em situações de incómodo de algumas pessoas que vivem em edifícios e o que era o entra e sai. Referiu que acha um pouco forçado, mas admitia que o condomínio pode, mesmo sem a maioria, intervir se as coisas se descontrolarem, não são os direitos adquiridos internamente, mas, na sua opinião, há necessidade de regular melhor. Disse, ainda, que da parte da Câmara Municipal, até por alguns comentários que se fazem, é impossível criar condições, na situação atual, para ter uma equipa como já teve, no entanto, a intervenção da Câmara Municipal é perceber se na plataforma os licenciamentos foram pedidos de forma regular, se estão a cumprir ou não, até por que há muitos esquemas para dar a volta ao que está regulado para não

cumprir, mas, desconhecendo como irá a Assembleia Municipal decidir, o assunto deve ser aprofundado da parte da Câmara Municipal. Informou que o assunto está na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, há algum tempo, já foram produzidos documentos em função da análise e, da parte da Câmara Municipal serão obrigados a trabalhar este assunto, pelo que todos os contributos são bem-vindos e se precisarem reunir solicitarão nesse sentido.

**MILENE BERNARDO:**

Apresentou, em representação dos Encarregados de Educação da Escola Básica n.º 1 de Ferrel, o seguinte texto, que leu:

*«Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche,  
Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel,  
Excelentíssima Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia,  
Somos os Encarregados de Educação dos alunos da E.B.1 de Ferrel. Como Vossas Excelências sabem, a escola primária de Ferrel tem problemas graves de segurança. Qualquer pessoa passa facilmente a vedação da escola, o que coloca em causa a segurança dos alunos, funcionários e professores. O mesmo se passa com as condições dos pátios, principalmente das escolas de cima, mais a norte. Não são condições de uma escola digna. Além de não ter qualquer sombra ou equipamento infantil, o piso em gravilha não oferece qualquer ordenamento às escolas. Vimos por isso solicitar que olhem para este problema e que o mesmo seja resolvido o mais rápido possível.»*

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP): 01:40 3.ª**

Disse que:

Têm o conhecimento, o diagnóstico e a consciência daquilo que têm em todas as escolas do concelho e a Carta Educativa foi feita nessa base, mas isso é em relação às grandes decisões, como é o caso da renovação da Escola Básica, da Escola Secundária de Peniche, à alteração da Escola da Prageira, a renovação e ampliação da Escola de Ferrel e da Serra d'El-Rei, a um novo Centro Escolar, provavelmente na zona de Geraldês e a uma nova Escola D. Luís de Ataíde, esta é uma parte, depois há outra parte que é a intervenção permanente, recorrente, quando lhes é permitido e no tempo em que as escolas não estão a funcionar, e é uma exigência muito grande, aliás, já eram uma exigência e uma responsabilidade do Município, desde sempre, os jardins de infância e o primeiro ciclo, agora é pior, pois tinham uma determinada programação, mas de vez em quando tem de se alterar. Referiu que há uma grande necessidade da Escola Secundária de Peniche que, felizmente teve a aprovação de duas candidaturas muito interessante e importantes para a escola, mas a Câmara Municipal terá de fazer uma parte que não estava previsto para agora e terão de se ajustar. Agradeceu a chamada de atenção, mas não é novidade, desconhece se há algum dado novo, até por que foi chamado à atenção de que numa das escolas de Peniche existe falta de sombra. Indicou que, relativamente à Escola de Ferrel, a Junta de Freguesia de Ferrel, no mandato passado, propôs uma intervenção, nomeadamente nos pisos da escola, não só pelas crianças, mas pelas festas que se realizam no espaço, e a comissão de festas também já o pediu, no presente mandato a Junta de Freguesia de Ferrel solicitou que se pudesse fazer a obra por contrato, por administração direta ou outro. Informou que solicitou um ponto de situação à Divisão de Obras Municipais e neste momento podem estar com alguma dificuldade operacional para elaborar procedimentos, porque anteriormente, relativamente aos contratos de obra,

era a Junta de Freguesia que solicitava à Câmara Municipal para os fazer, mas chegou-se à conclusão que desta forma é uma ilegalidade, pelo que, sabendo que a Junta de Freguesia quer fazer a obra, será de ser a Câmara Municipal a propor à Junta de Freguesia, e já foi solicitado o caderno de encargos dos materiais necessários, a parte do piso e, naturalmente a da técnica que irá avaliar, para posteriormente se quantificar e ir a reunião de Câmara. Quanto às outras questões que a senhora Milene Bernardo colocou, a vedação terá de ser avaliada e a sombra é uma questão interessante que terão de ver como fazer de forma a que fique bonita.

**Vereadora Ana Batalha (PS):**

Relativamente à falta de segurança, disse que era necessário contextualizar, pois a generalização pode causar uma interpretação que não corresponda à verdade. Referiu que quando há rumores ou alguns indícios é feito o acompanhamento e, de facto, durante o tempo letivo há toda a segurança no espaço escolar. Disse, ainda, que os muros da escola de Ferrel são da mesma altura de quase todas as escolas do centenário do concelho, no entanto, após as atividades letivas, na área referida, o acesso fica livre para os encarregados de educação dos alunos que têm Atividades de Tempos Livres entrar. Reforçou que no que diz respeito à responsabilidade do equipamento e à segurança do espaço escolar foi-lhe garantido que não entra ninguém pelas portas sem que as mesmas sejam abertas por um funcionário ou professor.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Agradeceu a presença dos pais na Assembleia Municipal e por terem tido este trabalho. Disse que, naturalmente, estas queixas lhe chegam quase diariamente.

Registou com muito agrado o facto de o senhor Presidente da Câmara ter garantido elaborara uma proposta para apresentar à Junta de Freguesia de Ferrel.

Considerando que a Carta Educativa remete as intervenções estruturais para 2027, deu nota que são necessários alguns ajustes, com alguma brevidade.

Relativamente à questão da segurança, disse que, no seu entendimento e dentro daquilo que os pais se têm queixado, tinha que ver com o facto do muro ser baixo e não com funcionamento da escola, podendo ser criado um obstáculo da parte de dentro da escola.

**FERNANDO LINO:**

Disse que:

A sua intervenção seria feita em nome de 75 pessoas. Referiu que reunião da Câmara Municipal realizada em 23 de junho de 2023, surgiu uma proposta de regulamento e é sobre isso que gostariam que os senhores Deputados Municipais discutissem e votassem, uma vez que este é o órgão onde os regulamentos com eficácia externa são votados, ou seja, a competência é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal que, aliás, decanta o regime jurídico das Autarquias Locais, no seu artigo 25.º.

Começaria por fazer uma declaração de interesses, dizendo que é coproprietário de uma das seis casas privadas da Berlenga.

No dia 23, à última da hora, os Vereadores depararam-se com um regulamento que surgiu, provavelmente devido à petição que corre na internet e que já tem 1111

subscritores, uma coisa feita em cima do joelho, não há qualquer estudo, que tenha conhecimento, que fundamente alguns critérios do regulamento.

Gostariam de saber por que razão os trinta e três utentes e os catorze alvéolos, por que razão não são incluídos os alvéolos que se encontram desde o parque de merendas até à casa da Capitania, até porque estão mais afastados da arriba e não percebem como se chegou a este número e qual foi o critério, mas estas decisões autárquicas têm de ter algum fundamento.

As pessoas não devem saber o que é acampar, pois vai ser proibido cozinhar na zona de campismo, e a ser assim onde comem as pessoas. Mencionou que iriam continuar com o mesmo problema, pois as pessoas iam para o campismo, porque não tinha possibilidades de ir para os quartos nem para o Forte, uma vez que durante o verão está sobrelotado, portanto, aquela era a única forma, sobretudo os mais jovens frequentar e pernoitar na Berlenga, e isso desapareceu à 3 anos, primeiro foi a Covid-19, no segundo ano surgiu o Pass Berlengas no valor de três euros que, na sua opinião, deveriam reverter para a autarquia, uma vez que é quem gasta lá o dinheiro, mas estas coisas deveriam ser decididas e o cozinhar faz parte do acampar. Disse, ainda, que o calendário para abrir o campismo na Berlenga ficaria ao critério discricionário do senhor Presidente da Câmara e, na sua opinião, os senhores Deputados da Assembleia Municipal não deveriam permitir que isso aconteça, na sua opinião, deveria ser criada uma janela, sugerindo que pudesse ser entre 15 de maio e 15 de setembro, até que desta forma poderá gerir-se melhor a área de campismo. Adiantou que, também, o senhor Presidente da Câmara poderia, em qualquer altura, encerrar o parque de campismo, no concreto, por questões sanitárias e outros, que para si é muito vago. Mencionou que as taxas são curiosíssimas, passam a 100%, ou seja, para duas pessoas passou de dez euros para vinte euros, três pessoas passam de catorze euros para vinte e nove euros e para quatro pessoas passa de dezanove euros para trinta e nove, ou seja, um casal com dois filhos pagará por dia, para acampar, perto de quarenta euros, que acha um pouco exagerado. Finalizou dizendo que, no Regimento da Assembleia Municipal de Peniche está escrito, no artigo 4.º, n.º 4 que decanta também o artigo 25.º do Regime Jurídico que a Assembleia Municipal é o órgão que decidirá sobre este regulamento e pode alterar cláusulas do mesmo.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que não existe regulamento, existem normas que não impedirá, no futuro, poder ter um regulamento. Relativamente ao texto, indicou que não foi a Proteção Civil, esta entidade fez a avaliação em conjunto com outras entidades, ou seja, as questões foram levantadas pelas entidades que fazem, em conjunto com técnicos municipais a avaliação e a vistoria anual, pelo que solicitou ao senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil para estar presente nesta Assembleia Municipal, porque acompanhou a avaliação.

**Coordenador Municipal da Proteção Civil, António José Rodrigues:**

Deu conta que, no dia 15 de junho, após algumas tentativas para congregar as diversas entidades para ir à ilha, conseguiram fazer a tradicional inspeção ao estado das arribas para se poder decidir qual a zona de segurança a estabelecer na praia. Indicou que esteve presente um conjunto de técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Delegação de Saúde, a Proteção Civil e a Autoridade Marítima, e a questão da zona de campismo surgiu, depois da visita,

ao longo do percurso, inclusive na zona de praia. Referiu que quando esta comissão de inspeção foi à zona de campismo, foi exposto que se pretendia reabrir o espaço e, enquanto Proteção Civil, depois de já lá ter estado a analisar o local, solicitou, junto dos técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, a opinião relativamente à arriba que está mais a norte e a sua proposta foi no sentido de lhes dizer que pretendiam utilizar um determinado espaço e que gostaria de saber se aquilo teria condições de segurança, e foi-lhe dito que todos os socalcos junto à vedação não faria sentido ser utilizados, pois haviam algumas zonas de instabilidade e estavam muito perto da crista da vertente, e tal ia ao encontro daquilo que pensou e desceu para metade o número da lotação daquele parque, cerca de 50 utilizadores, no entanto, ao fazer-se a análise dos socalcos no sentido da casa da Capitania, os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente disseram que não iriam validá-los. Acrescentou que não se trata de uma questão da Proteção Civil Municipal, a questão está num patamar superior, pois eles é que têm a responsabilidade no âmbito daquela crista de arriba e decidiram que não faria sentido validar aquele espaço, o que acresceu ao que pensou, daí ser 33 socalcos. Disse, ainda, que existe um mapa, de há muitos anos, com todos os socalcos e o que fizeram foi ir cortar socalcos e fazendo contas aos que iam sobrando. Acrescentou que a Proteção Civil fez uma informação ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador Ângelo Marques onde expôs que os técnicos presentes na inspeção, nomeadamente os da Agência Portuguesa do Ambiente que têm a jurisdição na parte das arribas, decidiram que não iam autorizar os socalcos que referiu.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Demonstrou a insatisfação, que não é de hoje, porque há atas da comissão de acompanhamento relativamente à questão da ilha da Berlenga, e sempre disse que alguma da receita que vai para outro lado deveria ficar na Câmara Municipal de Peniche que é quem investe na Berlenga, só depois de receber é que faria investimento.

Em relação à questão do regulamento, não tinha conhecimento, mas o senhor Presidente da Câmara clarificou que são normas, porém, tem de haver um regulamento, porque aquilo não é para os trabalhadores do município, é para a população toda, portanto, tem de haver um regulamento, é de lei. Referiu que foram colocados outros aspetos que, naturalmente, têm de ser enquadrados numa discussão, dos quais a questão do prazo, se deve ser de 15 de maio a 15 de setembro.

Disse que, relativamente ao espaço, qualquer que seja a solução tem de ter como questão fundamental a segurança e aquilo é uma ilha, portanto, todos devem ter consciência das vantagens e das desvantagens, e o campismo é uma solução útil que tem de ser enquadrada e, acima de tudo, tem de ter condições.

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse que a sua intervenção iria ao encontro do que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, pois também acha que deve haver um regulamento que seja explícito. Referiu que, até ao dia 15 de maio de 2024, realizar-se-ão várias sessões da Assembleia Municipal, logo, podem discutir o assunto e elaborar um regulamento que seja verdadeiramente eficaz e que tenha em conta todos os aspetos anteriormente referidos. Indicou que não é técnico de segurança, nem tem capacidades para aferir a bondade dos argumentos aduzidos relativamente à segurança, mas julga que dos socalcos ainda sobram dois que estão reservados ao Instituto da

Conservação da Natureza e das Florestas e, na sua opinião, deveriam ser imediatamente retirados a esta entidade, porque têm inúmeros locais onde estar. Expressou que há pessoas com boas condições económicas que preferam acampar a ir para um hotel, pois um hotel não é um símbolo de riqueza e o campismo define a vontade de contactar com a natureza de uma forma mais íntima e afetiva. Disse, ainda, que os dois socalcos reservados para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas deveriam voltar à área de campismo, nome definido no diploma que criou a reserva., pois o instituto tem várias oportunidades de utilização na Berlenga, inclusive uma casa feita ilegalmente. Reforçou que primeiro se deve fazer um regulamento para que seja útil para a época balnear de 2024, segundo que, pelo menos este ano, os socalcos que estão aduzidos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas revertam em favor de um aumento de lotação.

**Dina Carvalho (Chega):**

Disse que esta intervenção sobre o campismo na Berlenga a fez recordar a intervenção feita, há alguns meses, pelo senhor João Avelar. Referiu que a Berlenga para a população de Peniche vai ao encontro do bem-estar e da felicidade, faz parte da identidade, há uma ligação afetiva, faz parte de todas as gerações e, obviamente, sem esquecer a questão da segurança, não poderiam vedar a Berlenga a quem a ela pertence. No seguimento do que tem sido dito, disse que, na sua opinião, enquanto Assembleia Municipal, deveriam empenhar-se nesta questão, porque fechar a Berlenga às pessoas será empobrecer o concelho que vai ficando cada vez mais pobre e limitado, em termos de alternativas, portanto, não podem fechar esta riqueza e o contacto com a natureza que cada vez vai sendo mais raro e que contribui para o bem-estar e para o equilíbrio das populações, e aquilo que sente é que este começa a ser um tema que causa angústia, mal estar e descontentamento geral. Disse, ainda, que, na sua opinião, deveriam, em conjunto, fazer uma sessão de esclarecimento, aberta ao público, porque as pessoas pertencem à Berlenga.

**Hugo Martins (GCEPP):**

Agradeceu a exposição feita pelo senhor Fernando Lino e a todos os que o acompanham. Disse que poderiam contar com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche para a realização de um novo regulamento e ara defender os interesses e a vontade da população de Peniche.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Agradeceu ao município Fernando Lino pela exposição e a todos os que estão presentes em representação. Disse que a Assembleia Municipal fala na Berlenga há muito tempo, portanto, fez um desafio para que se equacionasse a realização de uma Assembleia Municipal temática sobre a Berlenga, envolvendo todos os atores económicos naquela ilha, ou seja, marítimo-turísticas, concessionários e pescadores, pois só assim a Assembleia Municipal poderá ter a visão de tudo. Agradeceu também o facto de o campismo, com as condicionantes e muito bem, a segurança em primeiro lugar, poder abrir este ano. Acrescentou que esta será uma época balnear perdida, em termos de discussão, mas gostaria que, a partir de agora, se criem condições para todos juntos perceber o que se está a passar naquela ilha e perceber de que forma é que todos, enquanto autarcas, pertencentes a este concelho e que vivenciaram a Berlenga durante

muitos anos, querem da Berlenga para o futuro.

**Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:**

Relativamente à questão colocada e na sequência do que foi referido pelo senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil, disse que a vistoria se realizou em função de um procedimento interno que estava a decorrer desde março, e por solicitação do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vereador com o Pelouro do Turismo foi solicitado aos serviços para analisar a situação relativa à área de campismo da Berlenga. Deu conta que os serviços estudaram e indicaram ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador Ângelo Marques foi que a área de campismo da Berlenga, nos termos do plano de salvaguarda da ilha da Berlenga e Plano da Orla Costeira (POC), aprovado pela Assembleia Municipal e em vigor, não permite o licenciamento de parque de campismo e de caravanismo, isto porque existe uma Portaria própria que regula os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e caravanismo, logo, a ilha da Berlenga e aquele espaço em concreto não tem condições para ter o licenciamento de um espaço apto para a prática e funcionamento do campismo, pelo que foi solicitado que se encontrassem alternativas. Adiantou que, nesse sentido, foi apresentada uma alternativa, proceder ao licenciamento do exercício da atividade em acampamentos ocasionais, e esta está sujeita à obtenção de uma licença camarária. Explicou que esta licença camarária, como todas as outras, podem ter ónus ou condições, é essa a figura das normas, ou seja, as normas são ónus e condições impostos numa licença e não num regulamento, porque se fosse presente à Assembleia Municipal um regulamento, ele seria de funcionamento de um espaço que não estaria licenciado para o efeito, daí a razão e a fundamentação destas normas da Câmara Municipal, que é quem tem legitimidade para emitir a licença de acampamento ocasional, daí, também, ter-se solicitado os pareceres resultantes da vistoria técnica efetuada à ilha da Berlenga onde esteve presente o senhor Delegado de Saúde. Em relação à questão de se cozinhar, disse que foi uma das condições impostas pelo senhor Delegado de Saúde, ou seja, estão perante uma licença de acampamento ocasional que tem de ter pareceres técnicos, e foi nesse sentido que se elaboraram as normas. Acrescentou que se houver vontade que se elabore um regulamento, em termos pode ser elaborado, sendo certo que o regulamento terá de ter no seu substrato o licenciamento de um parque de campismo e caravanismo, para além do Plano da Orla Costeira e o plano de salvaguarda da ilha da Berlenga a ter em atenção.

**Francisco Salvador (PSD):**

Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança. Disse que, de facto, até à data, não há nem nunca houve regulamento para aquela área de campismo, o que não significa que não se possa evoluir. Quanto ao licenciamento, referiu que está definido que aquilo não pode ser um parque de campismo, o Decreto-Lei que cria a Reserva da Berlenga, define aquilo como uma área de campismo, portanto, não carece de licenciamento para um acampamento ocasional, pois é uma área de campismo que, por definição, é para acampar e aquilo que capeia a licença de acampamento ocasional será para locais onde essa prática não é habitual, ou seja, por definição legal aquela área é para campismo e isso está bem expresso na lei, não diz que é uma área para a Câmara Municipal decidir o que pretende fazer, logo, pensa que o licenciamento está garantido por norma, não se enquadra na legalidade dos

parques de campismo, por isso nunca poderá ser considerado como tal, até porque não tem condições para isso, não tem balneários públicos assentes no local, e a ilha da Berlenga é um caso *sui generis*, é um espaço criado pela natureza que os tem condicionalismos que todos conhecem e que todos amam, e são precisamente esses condicionalismos que tornam aquela ilha um espaço de sonho, esperando que não se torne um pesadelo, em termos de segurança, com queda de pedras, etc., mas para isso deve haver quem garanta que determinado tipo de espaço pode ser utilizado ou não, mas, do subjacente, o que está previsto na lei é que aquela área é para acampar, não é para outro modelo de utilização, portanto, não haverá mal nenhum existir um regulamento. Acrescentou que, a criar-se o regulamento, ele tornar-se-á eficaz mesmo que tenha de furar o que é hábito e tradicional nos regulamentos que definem áreas licenciadas para o efeito, porque fica em discussão. Disse, ainda, que aquela área foi definida pelo Governo da Nação e promulgada por quem de direito como uma área para campismo e, portanto, não carece de outro tipo de licenciamento, apesar de poder ter licenciamento de utilização criado e esse sim capeado por um regulamento. Em relação à questão de se cozinhar, gostava de conversar com o senhor Delegado de Saúde para perceber com que autorização e competência ele poderá impedir que se cozinhe naquele espaço, porque acampar é inerente ao dormir e ao comer, que naturalmente tem de ser confeccionado, logo, julga que o senhor Delegado de Saúde terá extravasado nas suas competências. Expressou que definir aquela área como sendo para acampar e para dormir, e depois ir comer ao restaurante, não lhe parece nada correta, nem legal, e mais ainda, cozinhar poderá ter algumas restrições, no regulamento pode dizer que não se pode fazer fogueiras, que tem de ter um fogareiro, que pode ter bicos de gás, agora dizer que não se pode cozinhar, que pode passar apenas por abrir uma lata de salsichas e aquecer, pensa que o senhor Delegado de Saúde possa ter extravasado nas suas competências grosseiramente. Insistiu na necessidade de se criar um regulamento, para o ano 2024 e seguintes, não para diminuir a capacidade de a Câmara Municipal estabelecer normas, mas sim para proteger a Câmara Municipal, porque se a Câmara Municipal transferir a responsabilidade para o órgão que tem a responsabilidade deliberativa para fazer um regulamento, livrar-se-á de muita chatice. Solicitou também que as normas fossem revistas, até porque, segundo julga saber, as mesmas foram aprovadas com condicionalismos. Fez referência que a capacidade do parque era para cento e vinte e oito pessoas, se retirarem os socacos que vão da casa da Capitania até ao caminho, dá uma capacidade para cerca de cem pessoas, mas talvez não tenha percebido se existe outra zona onde houve a necessidade de retirar, no entanto, acrescentando os dois que estavam destinados ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, ao invés de trinta e três passará para quarenta.

**FERNANDO LINO:**

Referiu que, salvo melhor opinião, que um conjunto de normas com eficácia externa se chama regulamento. Sobre a legitimidade da Agência Portuguesa do Ambiente ou do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, disse que não discutia, no entanto, é discutível que as mesmas entidades, que aceitam que mil e cem pessoas sejam despejadas todos os dias na ilha, levantem questões em relação ao parque de campismo. Indicou que a Portaria refere quinhentas pessoas, mas acrescenta uma palavra “em simultâneo”, ou seja, os barcos de manhã transportam quinhentas e cinquenta pessoas, a

quem cobram vinte e cinco euros, exceto o Cabo Avelar, e de tarde voltam a transportar mais quinhentas e cinquenta, contudo, há uma questão de esgotos que não está dimensionada para tanta gente e de facto a Berlenga não tem condições para tanta gente. Recomendou que todos fossem à Berlenga, porque há dezoito barcos licenciados a descarregar pessoas no cais da ilha e a APA e o ICNF não têm qualquer legitimidade para falar deste assunto quando aceitam mil e cem pessoas por dia na ilha. Deu conta que existem estudos da SPEA – Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves que monitorizaram o número de visitantes e ele era muito superior. Acrescentou que o Berlenga Pass atualmente não tem eficácia, pois ninguém fiscaliza isso.

**GLÓRIA PAIVA:**

Disse que:

Há cerca de cinco anos, estive na Assembleia Municipal de junho para falar no problema das gaivotas, que a afeta, por que para além de fazerem alguma porcaria os moradores de Peniche tratam das gaivotas dando-lhes de comer, deixam as tampas dos contentores abertas para as alimentar.

As pessoas passeiam os cães nos espaços verdes e não os deixam limpos que, em termos de higiene e saúde pública, é complicado.

Existe falta de lavagem dos contentores, referindo que a última vez que foram lavados na sua rua foi no dia 22 de abril de 2022, portanto, já ultrapassou um ano. Indicou que este é um problema, porque cheiram mal. Referiu que na Avenida 25 de Abril foi visto um senhor a colocar uma etiqueta num contentor, que não foi lavado, com a data em como tinha sido lavado, no entanto, acabou por não colocar a etiqueta uma vez que foi abordado por alguém que lhe perguntou por que razão iria colocar a etiqueta sem o contentor ter sido devidamente lavado.

Também na sua rua, tem aparecido ratos e tem sido um problema, porque estão a roer os tubos por onde passam os fios da internet. Deu conta que a MEO tem estado a tentar resolver a situação, mas para além dos fios são os passeios que vão abatendo.

Em relação às ervas, há cinco anos fez esta referência e atualmente o problema está resolvido, mas perguntou a quem trata das mesmas que produto costumavam utilizar e o que lhe foi dito é que colocam lixívia. Recordou uma campanha feita nas sargetas que dizia “aqui começa o mar”.

Na sua opinião, tem de haver uma sensibilização, por causa do problema dos lixos e de todos os inconvenientes ligados aos animais, porque de outra forma não vai lá. Solicitou que pudessem existir campanhas de sensibilização.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Agradeceu a exposição, que registou e que será encaminhada para a Divisão de Ambiente.

Disse que a Câmara Municipal deixou de utilizar glifosatos, há muito tempo, por se considerar que faz mal à Saúde e, mesmo sendo uma exigência muito grande, em termos de intervenção das equipas de corte das ervas com roçadoras, foi esse o objetivo e é isso que está a acontecer. Referiu que a questão da colocação incorreta do carimbo poderá ter acontecido, mas está a colocar-se em causa todo serviço. Por outro lado, a Câmara Municipal adquiriu um carro apenas para a lavagem de contentores, pois o objetivo é melhorar.

Quanto a outras considerações, disse que há pessoas que não gostam de animais, outras que gostam muito, e infelizmente existem pessoas, em variados aspetos, que não têm a sensibilidade, nem a cultura para cumprir o mínimo. Indicou que a Câmara Municipal poderá fazer muitas ações de sensibilização, e já se fizeram algumas, esperam fazer mais dentro de algum tempo haverá um novo método para recolha de bio resíduos, mas isso não impedirá que quem fume mande o tabaco para o chão, isso é uma questão cultural.

**GLÓRIA PAIVA:**

Disse que o senhor Presidente da Câmara tinha o costume de andar na rua com um caderninho e fazia bem se passasse no local e tirasse uma fotografia ao contentor.

Referiu que não tem nada contra as pessoas gostarem de animais, pois também gosta, mas que tem de haver campanhas de sensibilização tem, porque as pessoas que não têm cultura têm de aprender.

**CÁTIA RODRIGUES:**

Disse ser uma munícipe residente na Rua Filipa Marteleira, em Consolação, e está em representação de dois condomínios da mesma rua. Referiu que existem problemas na urbanização que já foram questionados à Câmara Municipal, várias vezes, já obteve várias respostas, mas nada foi feito. Apelou ao senhor Presidente da Câmara o bem-estar e a segurança de todos os residentes e residentes temporários, porque na mesma urbanização existem vários alojamentos locais. Indicou que os passeios estão estragados, existem imensos buracos, não existem passadeiras, o local onde as pessoas atravessam a estrada na Avenida do Golfe, não há passadeira, não há luminárias, os postes estão há dois anos no chão encostados a um dos prédios, das que foram colocadas, algumas funcionam outras não, há falta de iluminação, logo, há falta de segurança. Adiantou que as resposta que tem obtido é que a construtora ainda não entregou a urbanização à Câmara Municipal e que a responsabilidade é da construtora, mas a construtora diz que a responsabilidade é da Câmara Municipal. Perguntou se a Câmara Municipal iria assumir uma responsabilidade que não é sua, assumirá despesas que não são suas, deixará a construtora ir embora sem acionar as garantias bancárias. Deu conta que estão a falar de cento e dez fogos, muitos deles habitados por famílias permanentemente, e têm prédios novos com condições exteriores degradadas.

**Francisco Salvador (PSD):**

Questionou se está devidamente clarificada, da parte da Câmara Municipal, que aqueles arranjos exteriores foram já entregues pelo empreiteiro, porque se foram, a responsabilidade é da Câmara Municipal, se não foram, a responsabilidade é do construtor.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

A Consolação é um bom exemplo do facilitismo que houve no concelho durante muitos anos, em que alguns ganharam muito dinheiro e a Câmara Municipal ficou com os encargos. Informou que a Câmara Municipal teve um problema grave este ano que não teve piores consequências, porque trataram das coisas dentro da legalidade e

comunicaram às entidades. Referiu que a Câmara Municipal procura condicionar e controlar a rede pluvial e o que sai na praia de vez em quando, e isso acontece há anos. Adiantou que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento terá de fazer a avaliação da rede pluvial, mas gostaria de saber quem autorizou e quem aconselhou a colocar o doméstico, quer na Consolação, quer na cidade. Deu conta que esta semana estiveram a falar com o empreiteiro do loteamento e chegaram a uma base de entendimento daquilo que será possível, mas, pelo menos numa grande parte da zona nova da Consolação, na parte norte, há muitas ruas sem alcatrão, muitas ruas sem passeios, muitas ruas feitas à pressão e ninguém viu, no entanto, foram licenciados. Indicou que há um loteamento de maior responsabilidade na Serra d'El-Rei e a Câmara Municipal assumiu como estando feito e não está, e agora são cem mil euros e muitos problemas para resolver, por isso que depois não há dinheiro para outras coisas, assim como o loteamento dos Dominginhos que é uma vergonha municipal. Acrescentou que está muito tentado a solicitar uma auditoria e responsabilizar as pessoas, os que estão e os que estiveram, porque não podem continuar nesta senda. Relativamente à Consolação, referiu que, em determinado momento, vão ter de olhar para toda a zona e ver o que se vai fazer, em termos de ordenamento, mas com a dimensão da exigência da envolvente de todas as urbanizações provavelmente terá de ser elaborado um projeto de execução e uma estimativa, e ver onde se consegue ir buscar verbas.

Sobre a questão da iluminação, não tinha essa perceção, mas vai tentar ir ao local para ver se é da responsabilidade da Câmara Municipal e as outras situações irão avaliar, ou seja, ver o compete ao promotor e ver o que fica.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Agradeceu à senhora Cátia Rodrigues a presença na Assembleia Municipal e disse que não ficou esclarecido, pois pensa que o que a munícipe pretende é a resolução do problema ou, pelo menos, perceber qual o período temporal que a situação poderá ser resolvida, porque se as luminárias estão no chão há dois anos e com certeza não ficarão mais dois anos naquela situação. Referiu que se o promotor tem ou não responsabilidades e que deve fazer a entrega dos trabalhos concluídos, o que é que a Câmara Municipal está a pensar fazer para obrigar a isso.

**CÁTIA RODRIGUES:**

Disse que a urbanização está a ser construída por várias fases e, em determinada altura, após alguma pressão da própria e de alguns moradores junto da Câmara Municipal o construtor fez alguma coisa, nomeadamente algumas luminárias, fez o passeio e colocou algumas manilhas no lado nascente, porque não havia escorrimento, ou seja, o construtor, porque necessitava das licenças para a celebração de escrituras, fez alguns melhoramentos, mas não fez todos. Acrescentou que neste momento o construtor já construiu tudo e provavelmente a Câmara Municipal já passou as licenças, mas a sua questão é se a Câmara Municipal iria assumir as despesas que, na sua opinião, não deve, pois entende que a Câmara Municipal deve investir noutros locais, até porque a responsabilidade é do construtor.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Respondeu que, esta semana, estiveram reunidos com o promotor e ficou da parte deste um compromisso. Referiu que, naturalmente, se não cumprir com o compromisso a Câmara Municipal tem os meios para fazer cumprir. Por outro lado, disse que teriam de avaliar.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que ouviu com muita atenção o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara no início da sua intervenção e muitos dos loteamentos da Consolação foram feitos pelo senhor Afonso Clara, quando era membro da Câmara Municipal e sabe que a Câmara Municipal geriu com pinças muitos dos loteamentos da Consolação, pois existiram situações dramáticas e no limite, e o problema da Consolação é que existem loteamentos construídos há mais de quarenta anos e cada um pior que o outro. Solicitou a disponibilização de uma informação sobre os loteamentos na Consolação e as datas da sua construção.

**PAULO MATOS:**

Disse que, de facto, não existem 1165 registos de alojamento local, existem 1195, como foi referido pelo senhor Presidente da Câmara, mas o alojamento local é uma atividade regulada, regulamentada e sustentável, é uma atividade que paga impostos, que declara os estrangeiros ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e que tem regras de higiene, de segurança e toda uma complexidade de legislação que muitas vezes só é aplicável a empresas multinacionais que exportam. Esclareceu que o alojamento local não é atividade ilegal, isso não se chama alojamento local, isso é uma oferta ilegal de alojamento local e, segundo um estudo da Universidade Nova, talvez exista 75% de alojamento ilegal, que não é alojamento local, no Algarve, e é isso que o poder central deveria perseguir, não era perseguir os legais. Mencionou que, em 2018, numa petição que ajudou a escrever, "não matem o alojamento local", solicitou no Parlamento, e teve a oportunidade de ser ouvido em Comissão Parlamentar, que o Governo fiscalizasse e se quisesse perseguir alguém que começasse pela oferta informal.

Relativamente à situação dos condomínios, esclareceu que a Câmara Municipal de Peniche já tem poder para encerrar um alojamento local caso haja uma queixa fundamentada de um condómino que o alojamento local está a exercer de forma a perturbar os restantes condóminos. Acrescentou que é sobre este poder que está a lutar, para que as Câmaras Municipais tenham esse poder e não seja o poder central a decidir.

**APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO):**

A Assembleia Municipal retomou o período de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

Esteve presente num colóquio e ouviu que a Câmara Municipal de Peniche foi convidada para participar na Feira Nacional da Agricultura e não esteve presente. Perguntou se foi convidada e se esteve ou não presente, caso não tenha estado, porquê.

No âmbito do Portugal 2030, a partir do mês de setembro, serão emitidos avisos

para as Juntas de Freguesias, fala em candidaturas que poderão rondar, cada uma delas, cem mil euros, ou seja, as quatro freguesias podem ter esta possibilidade a partir de setembro, e o prazo termina em agosto. Questionou se a Câmara Municipal está disponível para ajudar, porque o prazo é curto e, pensa, que as Juntas de Freguesia precisarão de ajuda, sob pena de perder estes apoios.

Gostaria que o senhor Presidente da Câmara solicitasse uma informação à EDP sobre os investimentos feitos no concelho de Peniche, em termos de média e alta tensão, porque acha inacreditável que, com bom tempo ou mau tempos, haja permanentemente quebras de energia, pelo menos, na Freguesia da Serra d'El-Rei.

Sobre o loteamento da Serrana, a Junta de Freguesia que preside, desde há trinta anos, nunca teve qualquer intromissão direta.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Não referiu que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tivesse intromissão. Particularmente, falou de um loteamento, do mandato da Coligação Democrática Unitária, que tem responsabilidade acrescida e não sabe como vai acabar. Indicou que no loteamento da Serrana as coisas foram mal medidas e o ónus fica sempre do lado da Câmara Municipal e o loteamento está empatado, porque há um investimento a fazer.

Em relação à ajuda da Câmara Municipal, em termos orçamentais, neste momento, não existe grande margem, pois este ano estão com uma execução, em relação a algumas rubricas, muito significativas, as entidades e as instituições continuam a pedir e a pressionar, e a Câmara Municipal só irá decidir em função daquilo que é a disponibilidade financeira em cada momento. Adiantou que, mesmo que em termos de receita de impostos tenha sido alterada e ainda estão a ajustar a situação, uma preocupação que têm é sempre o pagamento a fornecedores. Mencionou que os apoios ao associativismo, às freguesias e outros têm de discutir de uma forma muito fria, porque não vale a pena assumir compromissos que não podem cumprir, em termos financeiros. Disse que têm a questão orçamental e a questão financeira equilibrada, naquilo que foi previsto, mas se começarem a ultrapassar será complicado. Acrescentou que teriam de avaliar a questão mais à frente, pois não iria assumir responsabilidades, no entanto, caso a Câmara Municipal tenha disponibilidade ajudarão, mas as Juntas de Freguesia também devem avaliar a disponibilidade financeira que têm e como devem gastar.

Relativamente à energia, na sua opinião, seria um bom momento para a Câmara Municipal, as Juntas e Freguesia, o senhor Vereador com o Pelouro e os técnicos municipais, em conjunto, avaliar os problemas recorrentes, ver qual a parte de investimento de cada um, dimensionar, programar e definir.

**Vereador Ângelo Marques (PS):**

Relativamente à questão colocada sobre a Feira Nacional de Agricultura, leu um email que recebeu do senhor Vereador Nuno Russo, ex-Secretário de Estado da Agricultura: «No seguimento do email *infra*, vimos por este meio informar que em resultado da programação da Feira Nacional de Agricultura, com a realização de vários eventos e iniciativas, onde o executivo da Câmara Municipal de Santarém tem de marcar presença, vamos proceder à alteração da data de realização da reunião dos municípios com Pelouro da Agricultura, do dia 05 de junho, segunda-feira, para dia 09 de junho, sexta-feira.» Explicou que no dia 09 de junho, sexta-feira, teve reunião de Câmara durante a manhã e de tarde teve uma reunião de

coordenação.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que, na sua opinião, nenhuma das quatro freguesias precisa de pedir quinze mil euros à Câmara Municipal para concorrer a estes projetos, felizmente, será sinal de uma boa gestão de cada uma das freguesias, mas a questão não é o dinheiro, é a questão da organização da candidatura. Referiu que se trata de candidaturas a fundos comunitários que tem regras, portanto, as Junta de Freguesia não têm engenheiros, arquitetos, topógrafos, ou seja, não têm recursos, logo, ou apresentam as candidaturas bem elaboradas ou mal e são rejeitadas.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que falou na terceira dimensão, que é a questão financeira, mas há outras duas dimensões, a forma de fazer a candidatura, e a Câmara Municipal tem duas pessoas a tempo inteiro nessa área, e se a questão colocada tem que ver com técnicos para elaborar projetos, as Juntas de Freguesia têm de contratar que é o que a Câmara Municipal faz. Deu conta que a Câmara Municipal não está a apresentar mais projetos e mais candidaturas, porque não têm essa vertente, e têm um conjunto vasto de projetos de execução que a Câmara Municipal tem de contratar. Acrescentou que a Câmara Municipal apoiará naquilo que for possível.

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse que:

Face à falta de profissionais de Saúde, médicos e enfermeiros no concelho, perguntou o que está pensado como política de fixação de profissionais de Saúde no concelho de Peniche. Referiu que é necessária uma abordagem séria a esta questão e uma atitude bastante firme por parte da Câmara Municipal de Peniche.

Há pouco se falou de projetos e de financiamento, e a Coligação Democrática Unitária gostava de saber se há projetos candidatos ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), se sim, quais, e qual o financiamento já assegurado por parte da Câmara Municipal.

Também se falou na questão da habitação, e no que diz respeito à Estratégia Local de Habitação muito se prometeu na campanha eleitoral sobre este assunto, falou-se inclusive num valor que ronda os trinta milhões de euros para investir na habitação, no entanto, continua-se a aguardar esse investimento e não se vêem projetos de concretização, de reabilitação nem de construção.

Gostaria de alertar para o facto de o verão estar a chegar e mais uma vez constatam que a rede viária se encontra bastante degradada. Referiu que os munícipes pagam imposto de circulação e mais uma vez o investimento na rede viária é praticamente inexistente.

Relativamente à Bufarda, nomeadamente a reabilitação da Rua Principal, mais uma das promessas nas vésperas eleitorais, por questões de segurança, e mesmo assim continua sem execução.

Em relação à EDP e à questão dos postes, foi falado na Assembleia Municipal sobre a criação de uma comissão para o regulamento de postes. Fez o alerta para uma situação que ocorreu em São Bernardino, um veículo da Valor Sul conseguiu arrancar quatro postes da MEO no Largo da Palmeira que provocou incómodo aos habitantes

daquela localidade. Disse que, na sua opinião, a Câmara Municipal deveria ter uma postura bastante forte neste caso e fazer pressão para que estas situações sejam resolvidas.

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse que:

Relativamente ao Taska Areia, já se percebeu que aquilo não tem futuro como concessão, pelo que sugeri que fosse aproveitado para se fazer uma exposição / museu da história da Etapa Mundial de Surf, por exemplo, para que lhe seja dada uma utilização, ou então que se proceda à demolição, uma vez que é um edifício que está sem serventia e ao abandono.

Já se falou muito de concessões, mas gostaria que isso não diminuísse o que foi feito em requerimento para que seja dado por escrito as respostas relativamente ao futuro das concessões e ao levantamento da situação atual.

Sobre o monumento que foi colocado na praia durante o Campeonato de Mundo de Surf e que depois foi retirado, perguntou o que se pretendia fazer com o mesmo.

Gostaria que lhe explicassem como era o negócio do Restaurante Maresia. Referiu que aquilo era uma concessão da Câmara Municipal e passou a ser uma concessão do atual concessionário do parque de campismo. Perguntou a quem é que o concessionário do Restaurante Maresia paga a renda.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

A questão dos médicos e enfermeiros tem sido debatida, inclusivamente no dia em que estiveram com o senhor Ministro da Saúde, e mesmo alguns Presidentes de Câmara de outros concelhos que, em determinada altura, deram apoios acham que não deve existir concorrência entre os concelhos, na sua opinião, devem existir limites e também têm de se ajustar às condições de cada um, porque se começam a querer dar a todos não há condições, nomeadamente em termos de habitação.

Sobre os projetos do Plano de Recuperação e Resiliência, existe uma informação que será prestada.

Em relação à habitação, existe mesmo uma Estratégia Local de Habitação aprovada com os valores que o senhor Deputado Vítor Agostinho referiu, e não sabe como não desesperam, porque os processos levam imenso tempo, provavelmente noutros tempos não era assim, agora tudo leva muito tempo. Informou que a Câmara Municipal adquiriu uma propriedade junto às Piscinas Municipais que juntaram a outra propriedade, está feita a proposta de loteamento, que é necessária fazer-se, para depois contratar os desenhos dos edifícios, e esta é a grande prioridade. Indicou que têm outras delineadas e gostariam muito de aproveitar os dinheiros do Plano de Recuperação e Resiliência, e vão ter de discutir politicamente, na Câmara Municipal, a questão do Bairro do Calvário e outras questões. Deu conta que, infelizmente, ainda não rececionaram as casas que acordaram, da transferência de competências, que estão no Bairro de Santa Maria e no Bairro da Prageira.

Quanto à rede viária, no mandato passado recuperaram, a Câmara Municipal adquiriu todos o material necessário para a equipa de alcatrão, tudo com capitais próprios, e foram fazendo, o problema é que esta equipa é para tudo. Deu conta que têm sido feitos alguns alcatroamentos, se bem que não são os que gostariam, e dentro de duas

irão para a Estrada do Béltico, que tem um prazo, mas depois param e vão para uma localidade para asfaltar o que poder ser, depois vão para outro lado, depois irão avaliar se há hipóteses de fazer num determinado Casal. Disse, ainda, que o senhor Deputado Vítor Agostinho falou que São Bernardino está muito degradado, mas esta localidade não está muito mal. Adiantou que se este ano fizerem o que está programado e para o próximo ano se fizer a mesma coisa, provavelmente ficará mais equilibrado, mas, logicamente, começará a evidenciar as partes mais exigentes, e quem for à Marginal Sul sabe que tem de ser alcatroada, a Marginal Norte tem o projeto de execução pronto e, provavelmente, será apresentada candidatura. Por outro lado, fez-se uma parte da Avenida Monsenhor Bastos, falta a outra parte, e a equação é saber se mexem e aproveitam para tratar da conduta da água que está sempre a estoirar.

Promessas eleitorais todos as fazem.

Relativamente à questão que ocorreu com a Valor Sul, é um grande problema e todos se indignam, não sabe como fazer. Referiu que está curioso e com expectativa em relação às comissões que a Assembleia Municipal tem e que a Câmara Municipal, naturalmente, dentro daquilo que for possível, contribuirá, particularmente no aspeto político, mas também na parte técnica, para fazer esta avaliação. Indicou que teriam de tentar que, pelo menos nas zonas novas, coloquem negativos e caixas, agora, arrumar a casa, neste aspeto, em todo o concelho vai ser um drama, no entanto, têm de impor e ter normas mais apertadas, instruir os técnicos municipais de outra forma que a Câmara Municipal é que decide.

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse que quando falou nas estradas não falou de São Bernardino, mas poderia falar de Casais do Júlio.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Em relação aos Casais do Júlio, houve uma intervenção muito importante que nunca tinha sido feita, uma estação elevatória para tirar o esgoto de uma regueira. Referiu que, hoje, no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento falaram na questão de se adquirir massas para Geraldês, e também para analisar a entrada principal de Geraldês em relação à EN 247.

Sobre o Taska Areia, vai voltar a concurso, porque existem interessados, estão a tentar mudar o paradigma.

Em termos de requerimento, está a ser trabalhado.

O monumento está no mesmo local, só será retirado no final da época balnear.

As condições do Restaurante Maresia está no contrato de concessão celebrado com o Município e, atualmente, no do parque de campismo, sabe as condições, sabes os prazos, sabe que o arrendatário do parque de campismo lhe pagará as compensações e o restaurante é do parque de campismo, está tudo escrito.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

**2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:**

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que a Assembleia Municipal aprovou uma recomendação à Câmara Municipal, a propósito da questão da Lei n.º 50 e do Decreto-Lei n.º 57. Referiu que, certamente, o senhor Presidente da Câmara já leu o documento que aprovaram, julga que não o levou a reunião de Câmara, que, na sua opinião, acha mal, o senhor Presidente deve levar o assunto à reunião de Câmara e esta irá deliberar democraticamente. Disse, ainda, que o assunto não sendo presente a reunião de Câmara será uma falta de respeito para com a Assembleia Municipal, porque é este órgão que tem o poder de, relativamente àquele assunto, deliberar.

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (CCEPP):**

Disse que, no dia 28 de março, reuniram no edifício dos Paços do Concelho, cujo tema foi a transferência de competências, e foi dito pelo senhor Presidente da Câmara para a senhora Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Jossèlene Nunes, preparar o dossier para a Junta de Freguesia de Peniche ser propriedade da Junta de Peniche, porque a Junta de Freguesia é inquilina da Câmara Municipal sem contrato e todos os anos têm o mesmo problema com os seguros, pois fazem seguro de recheio e não de edifício. Solicitou que o documento fosse objeto de deliberação em reunião de Câmara.

Agradeceu, em nome da Junta de Freguesia, a areia que a Câmara Municipal colocou no Porto da Areia Sul e, muito em especial, ao pessoal da juventude do Visconde.

Informou que, no dia 20 de junho, houve uma reunião da Comissão Municipal de Trânsito e a Junta de Freguesia de Peniche não foi informada, portanto, gostaria de ter acesso à ata e também que na ata fosse tido em consideração e que ficasse escrito que a Freguesia de Peniche não foi convocada.

**Raul Lino, Secretário da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia (PSD):**

Disse que:

Na Freguesia de Atouguia da Baleia, o município corrigiu e pintou as passadeiras, mas faltam ainda muitas passadeiras nas outras aldeias. Questionou se está previsto e para quando. Em termos de sinalização, existem vários cruzamentos e entroncamentos com défice de sinais. Foram solicitadas lombas para a Rua da Seixeira, há algum tempo, mas ainda estão em falta, assim como, também está referenciada a Rua Principal da Ribafria. Perguntou se está alguma coisa planeada e para quando.

Relativamente a transportes públicos, com o encerramento das escolas têm recebido algumas queixas e emails da população da Freguesia de Atouguia da Baleia, porque houve uma grande redução nos transportes públicos. Gostaria de saber se existe

alguma forma de o município pressionar para que não reduzam de forma tão significativa os horários dos transportes públicos. Mencionou que a Freguesia de Atouguia da Baleia não tem uma paragem para expressos. Sugeriu a possibilidade de, em conjunto, tentassem perceber se na zona de Porto de Lobos, pressionando também a Rodoviária, seria possível instalar uma paragem.

Na última Assembleia de Freguesia foi bastante abordada a questão da falta de cobertura de internet em Ribafria e em Bolhos. Indicou que as populações destas duas localidades fizeram um abaixo-assinado, tendo a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia participado no mesmo, pelo que solicitou apoio ao município para, junto da MEO, tentar fazer pressão, que é a única empresa a prestar serviço.

Gostaria de saber se está prevista a intervenção de recuperação na Casa dos Vala. Referiu que tem conhecimento das dificuldades financeiras.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que:

Procura cumprir com as recomendações da Assembleia Municipal e uma das recomendações é a avaliação dos contratos de descentralização. Referiu que neste momento têm a parte financeira avaliada, a manutenção dos abrigos rodoviários avaliada, existe algumas diferenças, e não sabe em que ponto está os espaços verdes. Indicou que não poderia aprovar uma coisa, num certo sentido, e depois querer cumprir apenas uma parte da proposta, aliás, há outras questões que precisam de informação e vão pedi-la às Juntas de Freguesia. Sobre levar a recomendação da Assembleia Municipal a reunião de Câmara, disse que a lei existe, as Juntas de Freguesia façam o que entenderem. Adiantou que pretende que isto se faça de uma forma construtiva, que se estabeleça um princípio, ou seja, a forma como, no fundo, se gastam os recursos. Acrescentou que poderá estar sozinho, pois o executivo pode entender determinar outra coisa qualquer, mas não deixa de ter as suas convicções e defende-as. Espera em breve estar na posse desses dados.

Foi dada uma orientação à senhora Chefe da Divisão da Administração e Finanças, que não foi só para a Junta de Freguesia de Peniche, mas também para a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei. Indicou que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei já tinha sido trabalhado no mandato passado, até por que as implicações são completamente diferentes, a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei passará a ter encargos que neste momento não tem e o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe disso. Disse, ainda, que se o Museu ao lado da Junta de Freguesia é da Junta de Freguesia, é. Acrescentou que foi essa a orientação, estão a aguardar que se faça a escritura.

Relativamente ao Porto da Areia Sul, todos os anos colocam areia, é uma obrigação da Câmara Municipal.

Acerca da Comissão Municipal de Trânsito, houve um lapso na convocatória, para todas as Juntas de Freguesia. Pensa que o que aconteceu foi que quem enviou a convocatória colocou endereços de email que atualmente as Juntas de Freguesia já não utilizam. Pediu desculpas e concordou que foi um erro da parte da Câmara Municipal.

Relativamente às estradas, na vila de Atouguia da Baleia foram uns privilegiados, mas há aldeias e também outras vilas que não foram. Pensa que em Ferrel pintaram algumas, na cidade, há muitas por pintar. Sobre as passadeiras não sabe, pois estão numa altura complicada, os pintores estão a pintar, há coisas que deveriam fazer e não conseguem fazer. Em relação à sinalização, não sabe se o assunto foi tratado com o senhor

Vereador Afonso Clara ou se existe alguma proposta. Referiu que as propostas têm de ser trabalhadas com o senhor Vereador Afonso Clara e depois formalizar e fazer um plano. Quanto às lombas, o senhor Vereador Afonso Clara ficou de ver uma estrada que é uma das mais perigosas, para ver se seria com prioridade, mas ideia que tem é que a Câmara Municipal tem cerca de setenta lombas para fazer. Admitiu que algumas delas terão de ser discutidas na Comissão Municipal de Trânsito, as outras vão fazendo.

Em relação aos transportes públicos, têm estado a reunir com a rodoviária, até porque a Câmara Municipal gasta muito com os passes, com os desdobramentos e com as escolas. Referiu que, na sua opinião, devem aprofundar a discussão com a Rodoviária, estão também a discutir o assunto com a OesteCIM, pois foi um presente envenenado da parte do Governo para as Câmaras Municipais e a OesteCIM que tem um impacto financeiro astronómico, e estão a tentar discutir e melhorar, nomeadamente, nas escolas, a forma de melhorar os circuitos e talvez tomar outras decisões em termos de futuro.

Sobre o expresso, logicamente, é legítimo que numa próxima reunião com a Rodoviária possam falar no assunto, desconhece se alguma vez a questão foi abordada.

A falta de cobertura de internet é uma questão que já tinha sido colocada, já procuraram intervir, mas não é fácil, era preciso uma antena que custa muito dinheiro, e as empresas fazem contas.

Informou que há um défice grande de carteiros, e a Câmara Municipal terá de se manifestar em relação à empresa.

Relativamente à Casa dos Vala, desconhecia se estava alguma coisa programada. Indicou que, no mandato passado, fez-se um planeamento, protegeu-se o edifício, colocou-se o telhado e as varandas, neste momento terá de se falar com o senhor Vereador Afonso Clara e com o senhor Presidente de Junta de Atouguia da Baleia, António Salvador, para ver se há alguma possibilidade, é uma questão de avaliar e se puderem fazer, se não puderem não fazem.

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse que:

Não falou na questão do Museu da Serra d'El-Rei passar para a Junta de Freguesia, porque não é a sua freguesia. Em relação à Junta de Freguesia de Peniche, referiu que também não a incomoda que seja ou não propriedade da Junta de Freguesia, mas é a Junta de Freguesia que tem investido no edifício que continua em nome da Câmara Municipal, é apenas por uma questão de legalidade, em termos de seguro, e quando fizessem o seguro de recheio, fariam também o do edifício.

Em relação ao Porto da Areia Sul, é verdade que todos os anos a Câmara Municipal coloca lá areia, têm é que estar sempre com atenção às marés vivas.

Quanto aos alcatroamentos e passadeiras, não menosprezando as outras freguesias, Peniche está uma vergonha a nível de alcatrão e de pintura das passadeiras.

Relativamente aos abrigos rodoviários, às transferências de competência das zonas verdes, a Junta de Freguesia de Peniche está muito à vontade e acham que estão muito bem em relação a isso.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que:

Quem paga a água, a luz e a limpeza dos edifícios da Serra d'El-Rei é a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal não paga nada, a única coisa que solicitaram à Câmara

Municipal não foi feita, no entanto, foi visto numa reunião que era uma das situações.

A questão dos CTT é preocupante, porque existem cinco carteiros a fazer a distribuição no concelho. Deu conta que contactou o senhor Dr. Pedro Salvador, que é o responsável desta área, falou com ele e expôs-lhe o problema e disse-lhe que não aceitaria, na sua freguesia, que faz parte de um acordo especial com os CTT, ficasse prejudicada na distribuição. Acrescentou que, obviamente, estará disponível para colocar este problema mais global do concelho ao senhor Dr. Pedro Salvador, que é o administrador desta área.

**3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE EXECUÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E A DOCAPESCA - PORTOS E LOTAS, S.A., NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO PARA EFEITOS DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DA DOCAPESCA PARA O MUNICÍPIO (DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO):**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia doze de maio de 2023.

**Deliberação n.º 21/2023:** Submetida a proposta (n.º 841/2023) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor aprovar a minuta do Protocolo de Execução, cujo objeto é suspender a eficácia da cláusula 5.ª do Protocolo, relativa à transferência de Recursos Humanos para o Município, que ficará dependente do trânsito julgado do processo, que se encontra a correr trâmites no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, no qual se definirá a titularidade do vínculo laboral dos trabalhadores a transferir para o Município. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista não se encontrava na sala durante a votação deste assunto.

**4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS RELATIVAS AO ANO DE 2022:**

A Assembleia passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Chefe de Núcleo da Contabilidade, Viviana Santos:**

Disse que a consolidação de contas consiste simplesmente na agregação das contas do Município e dos Serviços Municipalizado de Água e Saneamento, que é o grupo público, e o que acontece é a agregação com a eliminação das transações entre as duas entidades.

**Deliberação n.º 22/2023:** Submetidos os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Grupo Público Municipal de Peniche, que abrange o Município de Peniche e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativas ao ano de 2022, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Dez (10) - dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1).

Votos a favor: Treze (13) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Partido Socialista (6).

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 23/2023:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo uma hora e trinta e dois minutos do dia um de julho, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária do mês de junho, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de setembro de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---